PROJETO DE LEI 11/2011-E

**REVOGA O INCISO X DO ART. 4º DA
LEI MUNICIPAL N.º 1.790/2010.**

Art. 1.º Fica revogado o inciso X do art. 4.º da Lei Municipal 1790, de 2 de setembro de 2010.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 29 de abril de 2011.

ARI ALVES DA ANUNCIÇÃO
Prefeito Municipal

MENSAGEM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Submetemos para análise de Vossas Excelências, o Projeto de Lei que revoga o inciso X do art. 4.º da Lei Municipal 1790, de 2 de setembro de 2010 que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (CONDESUS/QUARTA COLÔNIA) E SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO”.

Como já salientado, a alteração proposta consiste na revogação de dispositivo que lista, como sendo objetivo do CONDESUS/QUARTA COLÔNIA o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos de previdência social dos servidores dos municípios membros deste – inciso X do art. 4.º da lei.

O Previagudo – órgão gestor do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos municipais de Agudo procedeu à exame detido este inciso e manifestou ao Poder Executivo alegada inconsistência deste ditame.

Defende a tese argumentando:

a) a independência e soberania do Município, consagrada pela Constituição Federal. Assim só a ele compete dispor sobre questões de sua administração interna;

b) a Lei Federal 9717/98, de regramento geral da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência menciona textualmente os entes da federação como competentes para sobre estes dispor. Não aventam que outra estrutura se possa imiscuir no tema;

c) o art. 6.º da Lei 9717 reforça a concepção da independência ao dizer da forma de como os entes poderão constituir fundos previdenciários, onde são listadas regras que devem ser obedecidas dentro do município, excluindo estrutura externa;

d) O regime próprio de cada município é vinculado à uma Secretaria – no caso de Agudo à Secretaria da Administração –, conforme determina o art. 1.º Parágrafo único, da Lei Complementar 5/2008, de 16 de julho de 2008. Portanto, não resta dúvida de que o mesmo diploma legal retira ingerência de qualquer outro órgão ou entidade;

e) A Orientação Normativa 02, de 31 de março de 2009, da Secretaria de Políticas Previdenciárias do Ministério da Previdência Social cinge regimes próprios à suas regras. Nela esclarece serem entes federativos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Art. 2.º, I) e unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração de cada ente federativo (...) (Art. 2.º V). Rechaça a possibilidade de que uma entidade outra disponha sobre o tema.

Resta, portanto, claro que a inscrição deste inciso foi equivocada. Propomos sua revogação, com o que a Lei não resulta prejudicada.

Atenciosas Saudações

ARI ALVES DA ANUNCIÇÃO
Prefeito Municipal